

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202003/0286
Tipo Oferta:	Mobilidade Interna
Estado:	Expirada
Nível Orgânico:	Ministério da Coesão Territorial
Orgão / Serviço:	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Técnico Superior
Categoria:	Técnico Superior
Grau de Complexidade:	3
Remuneração:	a detida na carreira/categoria de origem.
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	<ul style="list-style-type: none"> - análise de pedidos de pagamento (verificações administrativas) em termos formais (correta instrução) e em termos substantivos (elegibilidade, regularidade e legalidade da despesa); - análise de procedimentos de contratação, incluindo contratação pública; - análise do cumprimento de condicionantes e recomendações relativas às operações; - elaboração e registo das fichas de análise e validação de pedido de pagamento - emissão de autorizações de pagamento ou eventual devolução/compensação; - análise do cumprimento dos objetivos contratados e dos relatórios finais; - acompanhamento de verificações no local - emissão de propostas de encerramento das operações; - registos no sistema de informação da Autoridade de Gestão.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica:	CTFP por tempo indeterminado	
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	<p>a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;</p> <p>b) 18 anos de idade completos;</p> <p>c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;</p> <p>d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;</p> <p>e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.</p>	
Habilitação Literária:	Licenciatura	
Descrição da Habilitação Literária:	Licenciatura	
Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Contabilidade	Contabilidade
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Economia
Tecnologias	Civil	Engenharia Civil

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	3	Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80		3000069 COIMBRA	Coimbra	Coimbra

Total Postos de Trabalho: 3

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Os candidatos devem possuir experiência em verificações de gestão de fundos comunitários (verificações administrativas e/ou verificações no local) ou de gestão de projetos co-financiados, e, preferencialmente, experiência em verificações de gestão no âmbito do FSE.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: rh.ccdrc@ccdrc.pt

Contacto: 239 400 100

Data Publicitação: 2020-03-10

Data Limite: 2020-03-20

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: Recrutamento de 3 técnicos superiores por mobilidade na categoria, para o exercício de funções no Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020) Torna-se público que, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) pretende recrutar, por mobilidade, três técnicos superiores para o exercício de funções na Unidade Orgânica 5 –Acompanhamento, Monitorização e Controlo Interno, do Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020), de acordo com as seguintes condições: 1. Tipo de mobilidade: Mobilidade na categoria. 2. Número de postos de trabalho: 3 3. Local de exercício da atividade: Instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sita na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, 3000-069 Coimbra. 4. Remuneração base: a detida na carreira/categoria de origem. 5. Caracterização do posto de trabalho: - análise de pedidos de pagamento (verificações administrativas) em termos formais (correta instrução) e em termos substantivos (elegibilidade, regularidade e legalidade da despesa); - análise de procedimentos de contratação, incluindo contratação pública; - análise do cumprimento de condicionantes e recomendações relativas às operações; - elaboração e registo das fichas de análise e validação de pedido de pagamento - emissão de autorizações de pagamento ou eventual devolução/compensação; - análise do cumprimento dos objetivos contratados e dos relatórios finais; - acompanhamento de verificações no local - emissão de propostas de encerramento das operações; - registos no sistema de informação da Autoridade de Gestão. 6. Requisitos de admissão: Os candidatos devem ser titulares de um vínculo de emprego público constituído por tempo indeterminado e estar integrados na carreira Técnica Superior. 7. Habilitação Literária: Licenciatura nas áreas da economia, gestão, auditoria, administração pública, contabilidade, engenharia e outras áreas afins. 8. Os candidatos devem possuir experiência em verificações de gestão de fundos comunitários (verificações administrativas e/ou verificações no local) ou de gestão de projetos co-financiados, e, preferencialmente, experiência em verificações de gestão no âmbito do FSE. 9. Métodos de seleção: Avaliação curricular (AC) e Entrevista Profissional de Seleção (EPS). 10. Modo e prazo de apresentação das candidaturas: Através de requerimento dirigido à Presidente da Comissão Diretiva do Centro 2020, remetido para o endereço eletrónico rh.ccdrc@ccdr.pt, nos 8 dias úteis seguintes à data da publicação na página da Bolsa de Emprego Público (BEP), com a menção expressa da modalidade da relação jurídica de emprego detida, da carreira, da posição e nível remuneratórios. Deve ainda ser indicado o endereço eletrónico e número de telefone para posterior contacto. 11. Documentos a apresentar com a candidatura: a) Curriculum vitae, datado e assinado; b) Declaração comprovativa da natureza jurídica do vínculo detido no serviço de origem; c) Certificado de habilitações. 12. Forma de notificações: Por via eletrónica de acordo com o disposto na al. c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual.

Observações
